**Ofício nº xx/2020**

**IDEA Nº 00x.x.xxxxx/2020**

**Salvador, 02 de junho de 2020**

**Excelentíssimo Senhor**

**Prefeito/Secretário de Administração/Procurador-Geral do município de xxxxx**

Senhor Prefeito/Secretário de Administração/Procurador-Geral do Município,

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, pelo(s) signatário(s) Promotor(es) de Justiça, no uso das atribuições constitucionais e legais fundamentadas pelas normas do artigo 129 da Constituição Federal, artigo 138 da Constituição do Estado da Bahia e artigo 73, I e II da Lei Complementar Estadual nº 11/1996, vem, respeitosamente, com espeque no art. 8º, §1º, da Lei Federal nº 7.347/85, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, **SOLICITAR**, no **prazo de xx dias úteis**,que apresente **plano circunstanciado** de implementação das seguintes medidas de transparência:

1) **No âmbito das informações de assistência à saúde**, proceder a publicação e constante atualização do  Plano Municipal de Contingências, documento cuja elaboração é recomendada pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, em seu próprio Plano,  bem como a disponibilização de diversas informações sanitárias de imprescindível conhecimento pela sociedade, a saber: o número de leitos disponíveis de enfermaria e de UTI disponíveis no Município, ativos, em implantação ou interditados, e onde estão instalados; o número de casos de COVID-19 confirmados; o número de casos suspeitos;  o quantitativo de testes realizados  com os respectivos resultados; amostras aguardando processamento, e o número de óbitos;

2) **No âmbito das informações sobre as contratações públicas**:

2.1) publicação, em formato de dados abertos, das **informações** geradas em matéria de **contratações e aquisições** públicas fundadas na Lei 13.979/2020, devendo essa publicação ser realizada em **sítio oficial específico e exclusivo** (seção especial da página *web* governamental, página *web* exclusiva ou outro), garantindo a padronização de seu conteúdo, explicitando-se, dentre outros, o nome do contratado, o número da sua inscrição da Receita Federal do Brasil, o prazo contratual e o respectivo processo de contratação ou aquisição;

2.2) além das informações básicas mencionadas no subitem anterior, que deverão ser publicadas em tempo real, que sejam prontamente anexados no mesmo ambiente eletrônico, dentre outros, os seguintes **documentos**:

a) termo de referência simplificado ou projeto básico simplificado contendo todas as especificações contidas no Art. 4º-E, § 1º, da Lei 13.979/2020;

b) propostas de contratação apresentadas e justificativa da escolha do contratado;

c) de identificação do contratado e demonstrativos de sua regularidade fiscal, capacidade técnica e econômica, excetuadas as hipóteses legais taxativas de dispensa desses documentos, constantes da Lei 13.979/2020;

d) instrumento de contrato ou congêneres, com indicação expressa de servidor gestor e/ou fiscal de sua execução;

2.3) no que se refere à publicidade dos atos de **fiscalização da execução contratual**, que sejam oportunamente anexados, no mesmo ambiente eletrônico, os processos de pagamento, contendo os seguintes documentos, dentre outros:

a) Nota de Empenho;

b) Nota de Liquidação, acompanhada dos documentos demonstrativos da efetiva execução do objeto contratado;

c) Nota de Pagamento e demais documentos comprobatórios do efetivo pagamento.

Adverte-se, por fim, que as informações ora solicitadas são imprescindíveis à instrução do procedimento em epígrafe.

Colhe-se do ensejo para renovarmos nossos votos de elevada consideração e respeito.

Salvador, 02 de junho de 2020.

Promotor(a) de Justiça